

A Inclusão no Mercado de Trabalho Análise crítica do filme “Deficientes” (2017)

Isabelly Soares



O vídeo “Deficientes”, produzido pela Praxis Vídeo em conjunto com o Projeto CineTrabalho nos apresenta depoimentos de histórias de vida e trabalho de trabalhadores deficientes da cidade de Marília (SP). O documentário se baseia em entrevistas realizadas com quatro trabalhadores da cidade, o seu Amarildo dos Santos com 51 anos, a senhora Vilma Cândida de Souza com 53 anos, Luiz Gonzaga de Novaes de 56 anos e de Mariana de Oliveira de 19 anos. Esses trabalhadores expõem seus dramas humanos, o preconceito e a discriminação enfrentada, e os seus sonhos de futuridade.

O vídeo inicia-se com a entrevista do trabalhador Amarildo dos Santos, aposentado por invalidez desde o seu acidente de trabalho, ocorrido numa “firma” de empilhadeiras, em 1998. Ele não recebeu nenhum apoio da empresa, que alegou que o Amarildo tinha saído da rota de trabalho, por isso, não poderia receber amparo ou auxílio

Cine Trabalho

acidente. De acordo com o Ministério do trabalho, a saúde e a doença são considerados processos dinâmicos, vinculados ao modo de desenvolvimento produtivo da humanidade, entretanto, no sistema capitalista, esse desenvolvimento produtivo possui a característica de competição e estabelece um padrão de produção. Com isso, como é possível a inclusão de trabalhadores fora desse padrão num sistema que já os exclui?

Seu Amarildo destaca que após o acidente, passou a ver a vida de outra forma e que também passou a ser visto de outra maneira, como se a sua deficiência o torna-se invisível para as pessoas ao seu redor. Entretanto, ele avalia uma melhora nas políticas públicas de inclusão dos últimos cinco anos, usando como exemplo as cotas que garantem vagas para deficientes em empresas (Lei de Cotas Nº 8.213/91). Na cidade de Marília, as empresas que garantem essas vagas são, em sua maioria, redes de supermercado, onde os serviços encontrados são serviços braçais, mão de obra. Porém, essa reserva de vagas não garantem a implementação de acesso para os portadores de deficiência, como rampas, banheiros adaptados e etc, e também a conscientização da equipe para o trabalho em conjunto.

Em seu depoimento, Amarildo cita a precarização do sistema único de saúde dos últimos anos pra cá, acredita que essa precarização se dá devido ao aumento do fluxo de pessoas que também necessitam do SUS, ocorrendo, algumas vezes, a falta de medicamento e demora de exames. Ele destaca um dado relevante de que, aproximadamente, a cada quatro minutos ocorrem um acidente de trabalho.

Em seu dia-a-dia, Amarildo, formado em Educação Física, pratica esportes diariamente (natação e esporte de campo) e também participa das atividades domésticas de casa. No final de cada entrevista, foi perguntado a cada trabalhador sobre os seus sonhos, o sonho de Amarildo é conseguir um patrocínio pela loteria caixa, que o proporcione condições de continuar com os seus treinos e participar de competições, pra posteriormente, se classificar para as Paraolimpíadas.

De acordo com a legislação Lei. Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, todas às pessoas com deficiência têm os mesmos direitos constitucionais de igualdade da pessoa humana. Porém, a exclusão manifesta-se através das barreiras culturais, educacionais, étnicas, econômicas e arquitetônicas. Mesmo com a presença da legislação, a erradicação

Cine Trabalho

dessas barreiras só é possível, por meio, de transformações no campo da educação, economia e política.

A segunda entrevistada, Vilma de Souza, começa o seu relato falando sobre a sua trajetória. Vilma trabalhou bastante tempo como doméstica, mas com o sonho de cursar medicina, veio de Minas Gerais para Marília com o intuito de realizar esse sonho. Após o ensino médio, Vilma engravidou e foi mãe solo, e se viu obrigada a trabalhar para conseguir sustentar o seu filho, quando voltou a estudar, percebeu as dificuldades que teria que enfrentar para realizar o seu sonho, principalmente, por questões financeiras, ela destaca que medicina não é um curso para “pobre”. Mesmo assim, Vilma decidiu que queria trabalhar na área da saúde e iniciou o curso de enfermagem em 1988, na Santa Casa.

Após cinco anos trabalhando no hospital, Vilma se afastou e começou a cuidar de um bar, próximo a sua casa, mas em 1998 voltou a trabalhar no hospital da Unimar, em seguida, mudou para o Hospital das Clínicas de Marília, período em que sofreu o acidente de moto (2003). Ela fala como o acidente mudou a sua vida e como foi o período de adaptação, foram cinco anos de afastamento do trabalho, realizou quinze cirurgias na perna e perdeu alguns movimentos da mão direita.

Quando retornou ao trabalho, Vilma destaca que não sofreu tanta dificuldade pelo fato de já estar na área, acredita que as pessoas que vão procurar emprego após sofrerem acidentes, encontram mais obstáculos. Ela passou por um processo de adaptação no trabalho, foi transferida para outro setor, mas teve que enfrentar a discriminação dos colegas de trabalho. Vilma ressalta que as empresas oferecem oportunidades, mas não se adaptam para receber o trabalhador portador de alguma deficiência e essa adaptação vai desde a infraestrutura até o diálogo sobre inclusão com os funcionários. A presença de um trabalhador numa empresa contribui para a diversidade e pluralidade, mas não transforma a essência da organização do trabalho.

Esse preconceito só mudou após Vilma ingressar na faculdade Unesp- Marília, no curso de Ciências Sociais, ela se tornou motivo de orgulho dentre os colegas que antes a discriminavam. Com a ajuda de seu filho, Vilma prestou vestibular no ano de 2014, e pretende cursar Filosofia após terminar o curso de Ciências Sociais. Ela afirma que o

Cine Trabalho

processo cultural é um dos problemas que perpetuam a exclusão dos deficientes, já que a sociedade estabelece um padrão para o mercado de trabalho e que a cultura vê os deficientes como uma classe inferior. Para finalizar, foi perguntado a Vilma qual era o seu sonho e a resposta foi “Eu sempre fui muito sonhadora, mas hoje o sonho que eu queria é que fosse uma sociedade realmente de humanos e não de escolhidos!”.

O terceiro entrevistado, Luiz Gonzaga reforça em seu relato o desafio de ser um homem negro e deficiente num país racista, principalmente, numa cidade do interior do estado de São Paulo. Luiz começou a trabalhar desde cedo, com cinco anos já ajudava numa Oficina de conhecidos. Fez o curso de moda pelo FIES, mas não conseguiu concluir a faculdade por questões financeiras. Durante a graduação inteira, Luiz sofreu racismo, pelos colegas de classe, pelos professores e pela instituição. Esse preconceito não acontece apenas em ambientes privados, ele cita que costuma andar de cabeça baixa perto de outras pessoas e que sempre pede licença para passar perto de alguém. Destaca também, inúmeros comentários racistas que ouve no dia a dia e em um deles, Luiz teve que afirmar que a sua aparência era uma forma de resistência da sua cultura. Emocionado, ele fala que essas pequenas situações o machucam muito.

Luiz sofreu um grave acidente de carro quando tinha 17 anos, acidente este que o cegou. Ele descreveu a dificuldade enfrentada nesse período de adaptação que durou cerca de cinco anos, ele cita que ficou muito revoltado, estava fazendo curso de moda na época e entrevistas como modelo, após o acidente sua vida mudou completamente. Nisso, vemos como a condição humana é duplamente negada ao trabalhador portador de deficiência, visto que, antes mesmo de entrar no mercado de trabalho, são estabelecidos obstáculos que os excluem do sistema, fundamentando-se na comparação de deficiência e anormalidade, onde os sujeitos são caracterizados pela ausência de habilidades, capacidades e competências, elementos considerados imprescindíveis pelo capital.

No ano em que a entrevista foi realizada (2017), Luiz morava com o irmão que sofre de um grave problema de saúde, muito emocionado, ele fala que ambos vivem com um salário de bolsa família no valor de 125 reais e com os bicos que ele consegue fazer, porém, a maior parte dessa renda é destinada a compra de remédios para o irmão. Além

Cine Trabalho

do preconceito, Luiz e seu irmão passam por muitas necessidades, ao ponto de racionalizarem comida.

Durante a entrevista, Luiz exhibe alguns de seus trabalhos realizados, como desenhos de roupas e a criação de um calçado especial com amortecedor para deficientes, diz que se preocupa muito com o design dos seus projetos, pois deseja que as suas criações sejam para todos e realça a necessidade de trabalhar a inclusão na moda. Luiz também trabalhou no Espaço Cultural de Marília, dando aulas sobre modelagem, moda e desfile durante dez anos e, atualmente, faz aula de espanhol, italiano e francês. No final da entrevista, Luiz reafirma que está batalhando muito para a realização do seu sonho, dizendo “Querida ir pra França trabalhar com moda, é o meu objetivo, tô trabalhando pra isso!”.

A quarta e última entrevistada, Mariana de Oliveira é portadora de esquizofrenia, descobriu a doença quando tinha 13 anos, ela fala que desde muito pequena percebe que é discriminada, mas essa situação piorou muito na escola. No entanto, isso não a impediu de concluir os estudos e sonhar com uma carreira. Seu primeiro emprego foi em um supermercado, pelo contrato de Jovem Aprendiz, ela explica o porquê não se adaptou com o horário que era muito complicado e dificultava na sua organização com os remédios. Ela também ressalta que se sentia muito insegura com o trajeto de sua casa até o seu trabalho, por isso, não conseguiu conciliar a sua vida com o emprego. Emociona-se dizendo que não consegue arrumar outro trabalho devido ao preconceito.

Ela e sua mãe dependem de uma pensão que passaram a receber do Estado após o falecimento do seu padrasto. Quando perguntado sobre o que fazia em seu tempo livre, Mariana fala sorrindo, que sempre procura se divertir, cantar, dançar, contar piada e rir sozinha. Ela também acentua que tem vários sonhos, dentre eles, ser investigadora, segurança do trabalho e repórter, e que daqui dez anos, se vê como uma grande empreendedora.

Após a análise dos depoimentos e a partir do pressuposto de que o trabalho constitui o homem, é irrefutável que essa condição seja negada a qualquer indivíduo, pois o trabalho pode e é a forma da pessoa portadora de deficiência desenvolver um sentimento de pertencimento à sociedade, refletindo em seu orgulho, dignidade e segurança para

enfrentar as barreiras construídas socialmente. Logo, só é concebível a desnaturalização desses preconceitos e barreiras sociais através da superação da diferença de classes, que estruturam a sociedade capitalista.

Referência Bibliográfica

- VASCONCELOS, Fernando Donato. O trabalhador com deficiência e as práticas de inclusão no mercado de trabalho de Salvador, Bahia. *Rev. bras. saúde ocup.* [online]. 2010, vol.35, n.121, pp.41-52. ISSN 0303-7657. <http://dx.doi.org/10.1590/S0303-76572010000100006>.
- ALVES, Giovanni. Deficientes, 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=pJdNeACBxC8&t=31s>>. Acesso em: 6 de Dez. de 2019.
- ALVES, Giovanni; SELEGRIN, Esdras. A condição de proletariedade: esboço de uma analítica existencial da classe do proletariado. Dossiê: Classes sociais e transformações no mundo do trabalho, p. 71 -90, 2011.